

Juros dos Empréstimos Consignados x Selic

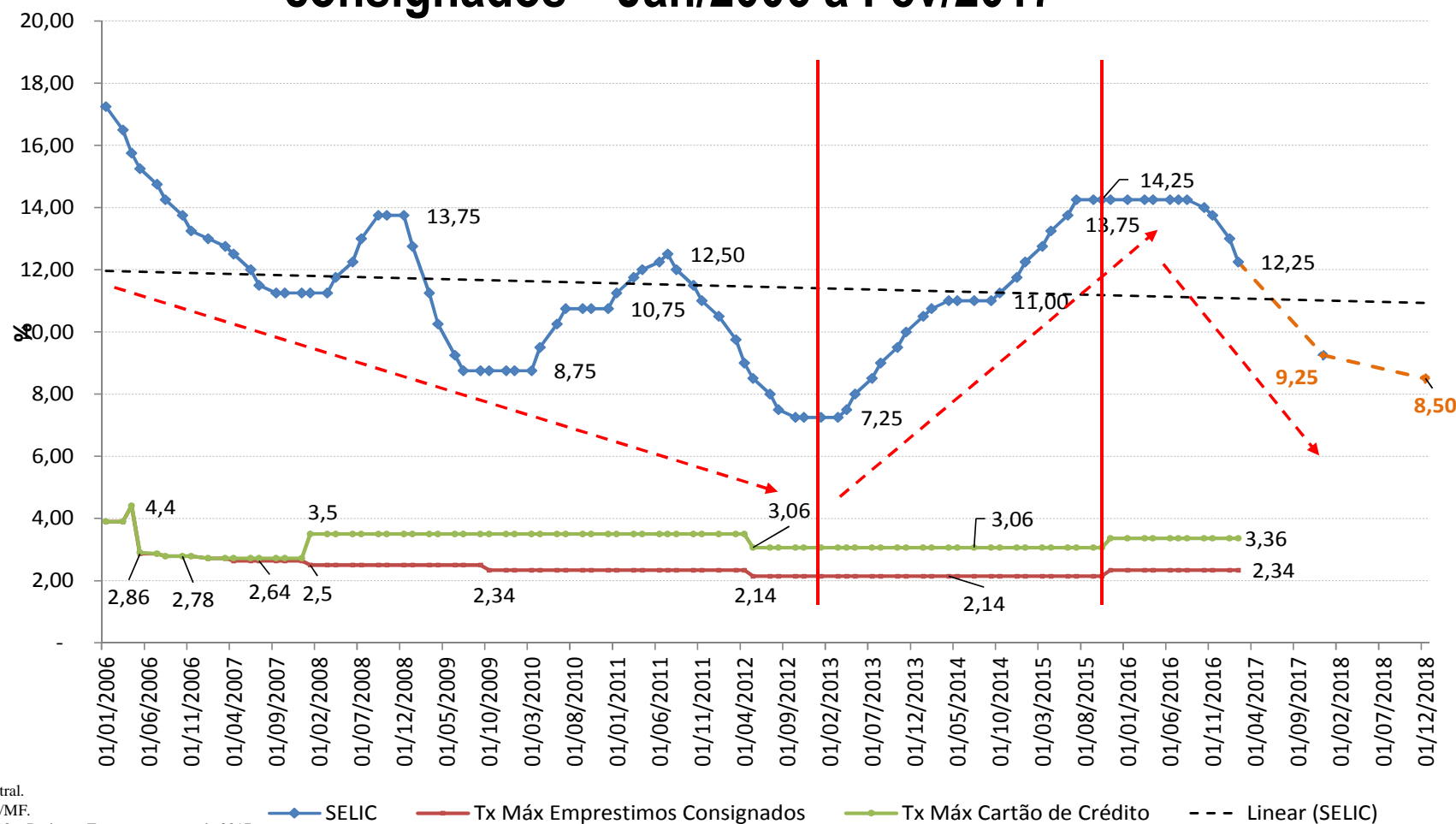
Taxa Máxima obrigatória

- As operações de créditos mediante empréstimos consignados, para aposentados e pensionistas foram autorizadas pela Lei 10.820 de 17/12/2003, estabelecendo o limite de 30% do valor do benefício para os descontos consignados.
- Em 15 de maio de 2006, foi publicada a Instrução Normativa nº 05/2006 do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a qual proibiu a cobrança da TAC bem como de demais taxas administrativas que incidissem sobre as operações de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, de forma que a taxa de juros passasse a expressar o custo efetivo do empréstimo.
- A partir do dia 1º de junho de 2006, com a publicação da Instrução Normativa nº 06/2006 do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no Diário Oficial da União, passou a vigorar também o teto de 2,9%, relativo às taxas praticadas nas operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas. Com isso, todas as instituições financeiras que concediam empréstimos consignados ficaram impedidas de operar com taxas de juros superiores a 2,9%, correspondente ao **“custo efetivo total”**.

Evolução da Taxa Máxima dos Empréstimos Consignados x Selic

- A partir de 2006, o Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS passou a recomendar o ajuste do valor máximo das taxas praticadas pelas instituições financeiras, com base, inicialmente, na mudança da taxa de juros básico do país (Selic), de forma proporcional à sua variação, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária – Copom.
- Em setembro 2008, com o início da crise econômica mundial, a Selic se encontrava em 13,75% e se manteve nesse valor até dezembro de 2008. A partir de janeiro 2009 o Copom passa a reduzir fortemente a Selic com o intuito de incentivar o consumo brasileiro, chegando a 8,75% e motivando a redução na taxa máxima de juros de 2,5% para 2,34%.
- Em 2010 a Selic volta a subir, atingindo 12,5% em julho de 2011 e passa a sofrer redução gradativa a partir de agosto de 2011 até março de 2013. **Essa tendência de queda na Selic, a partir do pico de 12,5% atingido em julho de 2011, motivou a redução da taxa máxima de juros para 2,14%.**
- Em abril de 2013 a Selic volta a crescer e atingiu 14,25% em julho de 2015, permanecendo nesse patamar até agosto de 2016. Desde outubro de 2016 a fevereiro de 2017, a Selic tem apresentado tendência de queda, atingindo 12,25% em fevereiro de 2017. A taxa máxima de juros foi ajustada para 2,34% para alinhar-se ao pico máximo da Selic e atualmente deverá ser revista dada a atual Selic, com tendência de queda.

Histórico da Selic e evolução da taxa máxima dos empréstimos consignados – Jan/2006 a Feb/2017

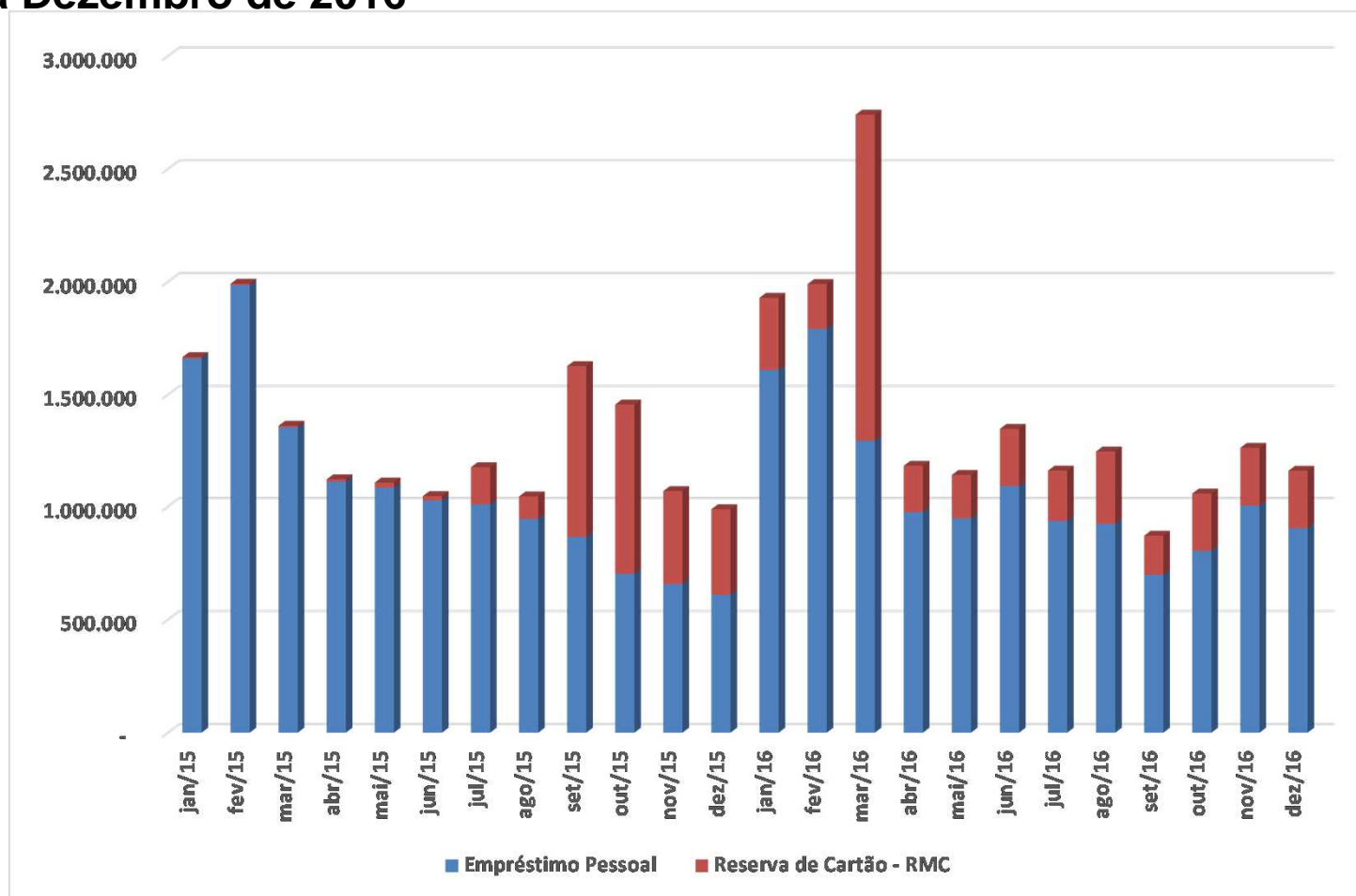


- É importante destacar que apesar das oscilações na Selic, verifica-se, claramente, de janeiro de 2006 (17,25%) a outubro de 2012 (7,25%) forte tendência de queda, isto é, queda de 10 p.p. No entanto, na maior parte desse período, de janeiro de 2008 a abril de 2012, a taxa máxima de cartão de crédito manteve-se praticamente no mesmo patamar de 3,5% e a taxa máxima de empréstimos consignados apresentou queda suave, passando de 2,5% (de jan/2008 a set/2009) para 2,34% (de out/2009 a abr/2012).
- Analisando o período intermediário, de maio de 2012 a junho de 2015, observa-se tendência de alta da Selic e taxas máximas de cartão de crédito e de empréstimos consignados estabilizadas em 3,06 e 2,14%, respectivamente.
- Contudo, no período recente, de julho de 2015 a fevereiro de 2017, a Selic tem apresentado, novamente, tendência de queda, porém as taxas máximas de cartão de crédito, de 3,36%, e de empréstimos consignados, de 2,34%, ainda permanecem em patamares mais elevados que no período anterior (de 3,06 e 2,14%, respectivamente)

Empréstimos averbados 2015 e 2016

Os anos de 2015 e 2016 apresentam um patamar muito próximo na contratação de empréstimos consignados, ainda que tenha havido aumento da taxa máxima de juros no final de 2015, o que mostra a importância dessa linha de empréstimo para os aposentados e pensionistas. Diante do quadro econômico atual, a redução da taxa máxima de juros é plenamente justificável e pode melhorar a contratação dessa linha de crédito por parte dos beneficiários.

Quantidade de operações de crédito (empréstimo pessoal e cartão) realizadas por instituições financeiras com aposentados e pensionistas do INSS - Janeiro de 2015 a Dezembro de 2016



Fonte: Banco Central.
Elaboração: SPPS/MF.